



Caminhão com um verdadeiro carregamento de trabalhadores chega ao canteiro de obras: para muitos, eles não dariam conta de entregar a capital no tempo previsto, tamanhas eram as demandas a atender na ocasião

MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO/ Seis meses antes da inauguração, não havia quase nada pronto em Brasília. Com poucas opções de lazer, precárias condições de moradia e sob pressão do prazo estipulado por JK, peões trabalhavam sem parar

1959, o ano em que Brasília não parou

» RENATO ALVES

Com o sol, poeira grossa. Com chuva, lama por todo lado. Nada de parque, centro comercial, restaurante, clube esportivo. Muito menos show musical ou peça teatral. Prostituição, o único lazer masculino. Assim era Brasília há 50 anos, seis meses antes da inau-

guração. Apesar de ainda não existir oficialmente, da quase completa falta de infraestrutura, o Distrito Federal já abrigava mais de 60 mil pessoas. Quase todas passando o dia no imenso canteiro de obras e dormindo nos acampamentos das construtoras, em colchões duros. Trabalhando em um ritmo frenético para deixar o lugar com cara de cidade em 21 de abril de 1960, data estabelecida

pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Por meio de uma série de reportagens que começa hoje, baseada em documentos, livros, fotografias antigas e depoimentos de pioneiros e estudiosos, o Correio refaz o cenário de Brasília 50 anos atrás. Mostra a luta dos trabalhadores para cumprir o prazo determinado por JK e as dificuldades de se viver em uma cidade em construção. Re-

vela como o projeto urbanístico de Lucio Costa e os monumentos de Oscar Niemeyer mexeram com o mundo no começo da segunda metade do século passado, a ponto de atrair chefes de Estado e celebridades internacionais ao longínquo planalto central brasileiro. Também demonstra a resistência interna perante a mudança da capital do litoral para o centro do país.

Esqueletos de concreto

Em outubro de 1959, Brasília tinha 574 casas prontas, todas à margem da W3 Sul (veja Para saber mais), 377km de ruas pavimentadas, 160km de rede de água e esgoto, 89 pontes e viadutos. Mas faltava muito para se tornar uma cidade em condições de receber autoridades e milhares de servidores públicos federais e familiares, que viriam do Rio de Janeiro, a antiga capital do país. Os cinco primeiros funcionários públicos da União tinham se mudado para Brasília, por meio de ato de JK, em 2 de fevereiro daquele ano. Moravam em residências geminadas, nas quadras 700 da Asa Sul. O primeiro prédio de apartamentos, o bloco pioneiro de uma das 120 superquadras, foi inaugurado quatro meses depois, na 108 Sul.

Os principais prédios da administração pública, como o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, não passavam de esqueletos, seis meses antes da

Incentivo ao comércio

Como parte das obras de infraestrutura necessárias à construção de Brasília, foram abertas pela Novacap, no fim de 1956, as principais avenidas da Cidade Livre. Para incentivar a vinda de comerciantes, não havia cobrança de impostos. Daí a origem do nome. Os lotes foram cedidos em sistema de comodato, a escritura não era definitiva e deveria ser devolvida à Novacap no fim de 1959. Sua existência estaria limitada ao período da construção (1956-1960), o que acabou não ocorrendo.

data de inauguração da nova capital. Assim também se encontrava a Catedral. Dos 11 edifícios-sede de ministérios, apenas quatro estavam completamente concluídos. A Torre de TV, o futuro Estádio Mané Garrincha, o Ginásio Nilson Nelson, o Teatro Nacional e tantos outros prédios marcantes demorariam a sair do papel. "Ninguém achava que a cidade ia ficar pronta no dia em que Juscelino queria. O povo dizia que a capital não ia mudar do Rio pra cá nunca", conta o servente de pedreiro aposentado Antônio Macário da Silva, 78 anos.

Emprego garantido

Antônio desembarcou em Brasília pela primeira vez em 9 de dezembro de 1956. Alagoano de São José da Laje, vinha de Itauçu (GO), onde tentara ganhar a vida como garimpeiro. "Mas o garimpo já não dava mais nada. Aí, um homem de lá falou: 'Aventura por aventura, vai pro Planalto Cen-

tral. Lá tem emprego garantido", recorda. "Assim que cheguei, fui fichado na Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), com a matrícula 180. Me perguntaram o que eu sabia fazer e eu disse que nada. Me colocaram como servente", completa. A partir de então, ele começou a trabalhar na pavimentação das estradas de acesso a Brasília. "Não tinha nada. Era só mato, poeira, caminhão, trator e peão".

Como todos os outros trabalhadores da construção civil da época, Antônio buscava abrigo em acampamentos das empreiteiras. "No começo, a gente dormia no chão, debaixo de lona mesmo. Depois é que vieram os galpões de madeira, onde a gente comia e dormia", lembra o servente de pedreiro. Quando recebiam seus salários, os trabalhadores gastavam boa parte em noitadas nos bares e na zona de prostituição — a Placa da Mercedes — da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante. "O Maracangalha era um dos bares mais famo-

Mito ou massacre?

O mais inflamado dos mitos da construção de Brasília diz respeito ao que ocorreu no acampamento da construtora Pacheco Fernandes, no carnaval de 1959. Há quem já tenha escrito que caminhões de operários mortos pela GEB foram retirados do acampamento. Na versão oficial, houve uma morte e alguns feridos. O que se convencionou chamar de "massacre da Pacheco Fernandes" continua a ser tratado no campo das versões.

sos de lá. Nós bebíamos muito. Não tinha muito mais o que fazer", ressalta Antônio. Vez ou outra, os bares e bordéis tinham atrações musicais, principalmente forrozeiros goianos.

Força temida

Com a bebedeira e a falta de lazer, brigas e desentendimentos também eram comuns na Cidade Livre. Cabia à Guarda Especial de Brasília (GEB) apaziguá-las. A delegacia da unidade ficava na Velhacap (atual Candangolândia). A GEB, força policial montada pela Novacap, era temida pelos operários. Muitos relembram que a falta de formação adequada dos que ingressavam nessa força policial teria contribuído para as arbitrariedades cometidas. A grande concentração de trabalhadores, submetidos à intensa jornada e a precárias condições de moradia e trabalho, além do curto prazo para a conclusão das obras, eram a justificativa para a atuação da GEB.